



**cada leitura,
uma experiência**

promessa, aliança e sacrifício

sidney sanches



sumário

7 introdução

capítulo 1. Jesus Cristo e o mecanismo vitimário expiatório

16 ampliando a compreensão

23 o mecanismo vitimário expiatório

26 configurando o mecanismo vitimário expiatório

38 Jesus Cristo e o mecanismo vitimário expiatório

capítulo 2. hebreus e o mecanismo vitimário expiatório

50 o mecanismo vitimário expiatório na epístola aos Hebreus

capítulo 3. leitura(s) da epístola aos hebreus

63 leitura a partir do conteúdo

65 leitura a partir dos gêneros literários

67 leitura a partir da disposição linguística

68 leitura a partir do ambiente social e cultural

69 leitura a partir do caráter homilético

capítulo 4. Deus fala

90 o estranho acontecimento de um Deus falante (1.1,2a)

93 Deus falou sobre uma promessa de purificação dos pecados pelo Filho (Hebreus 1.2b,3)

98 a narrativa

102 o discurso

104 promessa como o elemento central da tradição oral

capítulo 5. o ser humano escuta

108 a narrativa de advertência

113 o discurso de advertência

capítulo 6. a aliança: lugar de fala e escuta sobre a morte e perdão

124 a organização homilética de Hebreus 10.1-18

129 aliança

capítulo 7. a vítima da aliança: a morte

155 Salmo 40

157 o culto sacrificial

167 o Salmo 40 no sermão aos hebreus

170 Jesus, mediador da nova aliança

capítulo 8. o benefício da aliança: o perdão

180 libertação dos pecados

190 consagração

203 santificação

209 conclusão

219 apêndice

255 referências

introdução

Ao lermos nas Escrituras que Jesus foi tentado, nós, nos lembramos, imediatamente, das três tentações de Satanás contadas pelos evangelhos: transformar as pedras em pão para saciar a fome, atirar-se do pináculo do templo para ficar famoso, adorar a Satanás para ter os reinos do mundo.

Isso não está incorreto, mas está mais do que claro que as Escrituras avançam muito mais no entendimento sobre as tentações que Jesus sofreu. E duas declarações na epístola aos Hebreus têm muito a nos dizer sobre isso:

Por isso, ele teve de assemelhar-se em todas as coisas aos irmãos, para se tornar um misericordioso sumo sacerdote e fiel em relação a Deus, para expiar os pecados do povo. Pois, pelo fato de ele próprio ter sofrido e ter sido posto à prova, pode socorrer àqueles que [por sua vez] são postos à prova. (Hb. 2.17,18. Tradução de Frederico Lourenço)

O verbo *tentar* diz mais coisas do que a tentação ao pecado. Também fala sobre ser testado ou examinado, ser posto à prova, algo como: vamos ver o quanto humano você é? E ao desafio dessa humanidade: uma desgraça que resulta em grande sofrimento e a capacidade humana de suportá-lo sem perder a humanidade. Se observarmos mais de perto a declaração ousada do autor anônimo de Hebreus descobrimos que sua ênfase não está na tentação, nem no teste. Mas, sim, na desgraça e no seu padecimento: foi posto à prova pela desgraça que sofreu.

Mas, que tipo de desgraça ele sofreu? De novo, respondemos irrefletidamente: a morte na cruz. Mas, não é bem assim. A resposta está bem mais próxima de nós, nas coisas ruins que temos de aturar enquanto vivemos nossas vidas nesse mundo. Sim, a cruz foi a maior de todas elas, mas não somente ela, porque toda vida humana vivida por Jesus Cristo foi feita de opções pela desgraça humana que conduziram inapelavelmente para a desgraça humana maior: a rejeição e a morte na cruz.

Quase como um complemento, queremos saber por que Jesus Cristo aguentou a desgraça humana até a morte na cruz. E, a resposta, mais uma vez, é tão rápida em nossa mente como um relâmpago: “pelos pecadores”, “pelos pecados”, “para salvar os pecadores dos seus pecados”. A soteriologia definiu esse entendimento. Ela explica que havia um plano de Deus em andamento para salvar os seres humanos dos seus pecados, no qual a morte de Jesus Cristo seria o preço pago por eles, de modo que eles pudessem ir para o céu.¹ E esse esclarecimento desvenda alguma ordem metafísica do universo desde as relações de Deus e a humanidade antes da sua criação e após ela.

Mas, estamos falando de um ser humano chamado Jesus Cristo que sofreu a desgraça humana até a morte na cruz. E a finalidade disso foi: “pode socorrer os que são tentados”. O primeiro verbo nos fala que Jesus Cristo “pode” (*δύναται*), o que significa que é capaz porque se habilitou para isso. É melhor traduzir: “fez-se capaz”. Mostra quanto ele mesmo se empenhou na tarefa de entendimento da desgraça alheia pelo envolvimento nela.

Seu propósito para isso era socorrê-los: “correr para o auxílio daqueles que clamam por socorro; apresentar-se para ajudar alguém, ajudar, auxiliar”. Quem assim faz é o “ajudador” e, numa palavra mais atual, o “socorrista”.² Em Jesus Cristo, temos mais do que um ser humano cujas ações devem ser apreciadas e simuladas, temos alguém que nos socorre em nossas desgraças, concretamente, temos um socorrista: aquelas pessoas que chegam primeiro em um

1 BOYCE, J., RYKEN, P. *O Coração da cruz*. São Paulo: Cultura Cristã, 2008, p. 133-136.

2 MOUNCE, W. D. “βοηθέω”. IN: MOUNCE, W. D. *Léxico Analítico do Novo Testamento Grego*. São Paulo: Vida Nova, 2012, p. 145.

acidente para oferecer os primeiros socorros e, então, tem o primeiro contato com a desgraça humana, ou na linguagem mais clássica, porém menos bíblica: a tragédia humana.

O socorrista é útil para quem socorre porque aceita e entende a desgraça humana. Essa cumplicidade existe no nível humano mais fundamental: o sofrimento. “Sabe o que é padecer”, assim o escritor de Hebreus descreveu a Jesus Cristo. E é uma coisa muito boa quando falamos com alguém que entende o nosso sofrimento, que sabe o que ele significa, o quanto nos importuna e como desejamos ser socorridos nele.

Queremos e precisamos, sim, ver na face de Jesus Cristo para nós o que era a face de Deus para os antigos israelitas: “Um socorro bem presente na angústia” (Sl 46.1). Infelizmente, poucos de nós o conhecemos desse modo nos dias de hoje. Tornamo-nos tão autossuficientes que dispensamos qualquer socorro, inclusive o de Jesus Cristo. Aliás, chegamos a achar que não é justo impor sobre ele nosso sofrimento, cada um deve carregar a própria carga. Perdemos a face compassiva dele e, por causa disso, endurecemos nossas faces uns para com os outros.

Transformamos nossa compaixão em luta, a luta em ódio, e o ódio nos insensibiliza quanto à desgraça humana. Quando vamos ao encontro de pessoas que sofrem preconceito, e as escutam de verdade, sentimos a sua dor mais do que suas lutas. E é essa dor que comove e move ao socorro. E o socorro pode ser na forma de se colocar ao lado delas até tomar como nossa a luta que é delas. Daí, nos alegramos com suas libertações. Redescobrimos a graça alegre, mas não sem antes fazermos o itinerário didático-pedagógico com Jesus Cristo através do ensino de Hebreus. Talvez, não vivamos tempos favoráveis a grandes libertações, mas os tempos são muito promissores para o socorro. Esse entendimento de Hebreus nos conduz a pensar na instituição sacerdotal-sacrificial do Antigo Testamento, e suas tradições que atravessam a história israelita-judaica e formam a espinha dorsal da teologia bíblica.

O texto que chamamos “aos Hebreus” foi, em sua origem, um sermão pregado em um culto de uma sinagoga de cristãos judeus em Jerusalém, em meados do século I, algum tempo antes da invasão e destruição da cidade santa

pelo exército romano. Para esse grupo, os dias anteriores, um pouco distantes agora, foram vibrantes e repletos de vida. Estavam juntos, ao redor de uma confissão comum, suportando desrespeitos, imprecações, espoliações e até a prisão de alguns. Mas, hoje, tudo é diferente. Nem certos estavam se valerem a pena os sofrimentos do passado e se os suportariam de novo.

As melhores palavras para descrevê-los seriam cansados e vacilantes. O que tornava a dor mais profunda era a dúvida compartilhada, secreta ou abertamente, quanto às próprias crenças ou convicções que determinaram suas atitudes anteriormente. Consigo mesmos, diziam: “o Deus de nossos pais fez uma nova aliança conosco. Por meio dela, recebemos a promessa para esses tempos, que são os últimos, da purificação dos pecados. No entanto, os pecados continuam a ser um fardo para nós e a prometida libertação final demora a acontecer”.

“Não teríamos crido em vão? Este profeta Jesus de Nazaré, que cremos ser o Filho de Deus, trouxe, de fato, a última promessa de Deus a nós? A sua morte nos introduziu, realmente, a nova aliança? Ele se tornou, mesmo, o mediador e garantidor das promessas de perdão feitas por Deus a nós? Deveríamos insistir nessa confissão ou recusá-la definitivamente?”.

Após os cânticos e orações costumeiras, o pregador foi convidado a comentar as Escrituras Sagradas. Ele era um antigo conhecido de todos. Iniciou muitos deles na confissão, inclusive os guias atuais. Todos o reverenciam. Um pouco mais grave e contido que de costume, ele se levantou e aproximou-se das Escrituras, pressentindo que era vital persuadir aqueles e outros irmãos de que não estavam errados quando creram em Jesus de Nazaré, o Filho Ungido de Deus.

Estudara a questão que os guias lhe passaram sobre as muitas dúvidas que assediavam o grupo. Deveria expor-lhes as Escrituras, de tal modo, que as dúvidas fossem, para sempre, dissipadas. Então, começou a falar: “Deus falou aos nossos pais, no passado, nos profetas... Deus nos fala, nesses últimos dias, em um filho...por ele, nossos pecados foram purificados...”. Outros desejaram ouvi-lo, por isso ele foi escrito. O pregador acrescentou-lhe um bilhete, endereçando-o a algum grupo em particular. Doravante, foi copiado nessa forma final e se tornou bastante conhecido. A Igreja cristã o atribuiu ao apóstolo Paulo, e seus ouvintes originais foram identificados como hebreus ou judeus.

O ensino começa pela promessa falada por Deus (Hb 1.1,2a). Esse é o seu ponto de partida: como essa promessa de perdão foi originalmente feita aos pais ou antepassados? Todavia, Deus não apenas falou no passado, mas falou de novo no presente, seu e dos ouvintes. A fala de Deus evoca uma tradição oral, na qual acontece a pertença e continuidade, no tempo e espaço, dele e seus ouvintes com aquela fala antiga.

À medida que o comentarista investiga os textos à mão descobrimos um núcleo narrativo que serve de moldura para a fala de Deus. Nela, os pais foram libertados das dores e sofrimentos da escravidão no Egito para uma aliança com Deus, no Sinai. Essa experiência libertadora foi sempre esperança de um futuro melhor. E o futuro chegou quando o Ungido Jesus de Nazaré apareceu no mundo, morreu na cruz e foi exaltado à direita da Majestade nas alturas (Hb 1.3). É nele que Deus falou sobre o descanso futuro, e é a partir dele que a experiência libertadora do perdão e da aliança foi experimentada no hoje dos ouvintes.

Ouvir Deus falar é algo importante, mesmo essencial (Hb 2.1-4). Entretanto, ouvir não é apenas o simples exercício da audição humana aplicada ao entendimento de alguma verdade racional. Ouvir é deixar-se persuadir, é ceder a quem fala, é fazer acompanhar o corpo daquilo que se ouve, é experimentar o que se escuta. É participar da tradição dos antepassados. Deus falou no Sinai: “vós sereis o meu povo, eu serei vosso Deus”, essa foi a aliança. Por um sacrifício expiatório o povo foi consagrado a Deus e a aliança foi confirmada. Doravante, o que eles deviam fazer era comportar-se como uma congregação cúltica, aproximando-se todos os dias de Deus. Para isso, uma classe sacerdotal foi instituída, e foi constituído um programa de sacrifícios expiatórios para garantir que o povo sempre estaria em condições perfeitas para ficar perto de Deus.

Os tempos passaram até chegarmos à aparição e morte de Jesus Nazareno e a subsequente pregação apostólica que alcançaram os ouvintes daquela noite. Se o testemunho dos seus antepassados era importante, o testemunho de sua experiência histórica não era inferior. Por isso, seja quem escreveu a epístola aos Hebreus, ou quem pregou esse sermão na sua origem, tinha uma ideia muito clara do valor permanente da instituição sacerdotal-sacrificial. Como ensinar esse valor a seus ouvintes? Não se desfazer do testemunho passado,

mas atualizá-lo segundo o presente. O pregador argumenta em favor de uma nova aliança, um novo sacerdote e um novo sacrifício expiatório (Hb 10.1-14).

Porém, como uma obra tão dependente de uma visão de mundo peculiar, tão arcaica, tão apegada a conhecimentos e crenças de um tempo antigo, poderia oferecer algo de contemporâneo? É possível construir um discurso teológico atual a partir dela? Ainda há lugar no mundo de hoje onde se dê valor a um sacerdote e a um sacrifício expiatório?

A resposta é: depende. Se admitimos o tradicional discurso cristão de salvação, é correto dizer que a morte violenta e sangrenta de Jesus Cristo foi um sacrifício expiatório feito a Deus, para que ele não castigasse os seres humanos com uma morte ainda pior, a eterna, devido aos seus pecados cometidos contra a sua Lei.

Se não o admitimos, ela é brutalmente recusada pelas mentes modernas e sensíveis, mesmo as cristãs. A grande maioria cristã não a entende, ou não lhe concede maior importância ou credibilidade, acolhendo-a insensivelmente. E as mentes iluminadas não cristãs fazem dela motivo de riso e de prova de quão ultrapassado tornou-se o discurso cristão.

Parte do problema se deve à antiguidade da instituição religiosa sacrificial-sacerdotal. Afinal, onde, no planeta, e em todas as culturas humanas, encontramos algo como uma religiosidade sacerdotal manipuladora do abate de animais para satisfazer a Deus? Se existe, é algo reduzido ao folclore ou à superstição como realidades de uma civilização obscura e ultrapassada. Outra parte está na incompreensão do mecanismo vitimário expiatório: como é possível que uma vítima expiatória receba os pecados de alguém para que seja perdoada por Deus? O justo e correto é que cada um pague por seus próprios pecados assumindo total responsabilidade por suas consequências. Como Deus pode ser justo se aceita um sacrifício humano, no caso específico a morte de seu próprio Filho, para perdoar os pecados da humanidade.

É o sermão aos hebreus culpado ou inocente perante tal estado de coisas? Devemos perguntar se é justo atribuir-lhe todas as mazelas, defeitos e decepções da teologia sacrificial cristã. Devemos questionar o mecanismo vitimário sacrificial que faz da morte de Jesus Cristo um bode expiatório, alguém

para transferir nossas culpas e obter o perdão de Deus. E, devemos dizer que, no sermão aos hebreus, Jesus Cristo veio em nosso socorro, e um socorro deve ser recebido com gratidão e alegria, principalmente quando precisamos dele, fazendo-se um ato a ser imitado para o tempo no qual vivemos.

capítulo 1

Jesus Cristo e o mecanismo vitimário expiatório

Nós, cristãos, de modo geral, damos valor máximo aos sofrimentos e à morte de Jesus Cristo na cruz. Ela é o meio através do qual a humanidade consegue o perdão dos pecados e, por consequência, o livramento do castigo de Deus. Nela, a ira de Deus reverte em amor, e o Deus castigador transmuda em Deus perdoador.

Por que a morte de Jesus Cristo efetua essa mudança radical em Deus? Uma razão é que ela tem eficácia expiatória, sendo uma satisfação dada a Deus pela humanidade pecadora em troca do seu perdão. Ou, uma purgação onde Jesus Cristo sofreu em si mesmo a autopunição pelos pecados humanos de modo que estes fossem perdoados por Deus.

Outra razão é que Jesus Cristo, como um segundo Adão, assumiu para si o erro do primeiro Adão, sofreu em si mesmo a sua maldição, recebeu em si mesmo o castigo da sua desobediência, satisfaz a a justa ira divina e libertou a humanidade dos efeitos deletérios do pecado adâmico: a escravidão à morte, ao pecado e ao diabo.

Mais uma razão é a vida justa e agradável que Jesus viveu perante Deus, de tal forma que ajuntou um tesouro de mérito a ser transferido a toda a humanidade por meio de sua morte, em todos os tempos: passado, presente e futuro, devido à sua vida eterna. Comenta Aulén:

Esse ponto de vista, de uma relação legal entre duas partes, é agora usada para interpretar a obra de Cristo; por sua paixão e morte Ele ganha um excesso de mérito, e isto é pago a Deus como satisfação e compensação.³

Os três motivos justificam o valor que os cristãos dão à morte de Jesus Cristo: sendo a humanidade inimiga de Deus por suas más obras, sofrendo o castigo divino, incapaz de fazer qualquer coisa de si mesma devido à sua herança adâmica, ela precisa de Jesus Cristo cuja morte expiou seus pecados, e cujos méritos permitiram purgar ou satisfazer as causas que deram origem a essa inimizade.

1. ampliando a compreensão

O falecido bispo evangelical John Stott amplia essa compreensão afirmando que a morte de Jesus Cristo foi um ato de Deus, onde:⁴

em Cristo e através de Cristo crucificado Deus substituiu a si mesmo por nós e levou os nossos pecados, morrendo em nosso lugar a morte que merecíamos morrer, a fim de que pudéssemos ser restaurados ao seu favor e adotados na sua família.

Também declarou que os judeus que rejeitaram a Jesus cooperaram com o ato de Deus. E, ainda, que o próprio Jesus provocou essa recusa de modo a cumprir o papel que lhe estava destinado pela vontade de Deus: sofrer o castigo divino em lugar dos pecadores para que esses fossem perdoados e reconciliados com Deus.

É preciso entender por que os seres humanos são pecadores e devem sofrer o castigo divino. Stott denomina pecado a quebra de um padrão externo, real e objetivo estabelecido por Deus quando fez a humanidade à sua imagem, originado diretamente do ser de Deus como sua lei moral que expressa o seu ser justo.

3 AULÉN, G. *Christus Victor. La Notion Chrétienne de Rédemption*. Paris: Aubié, 1949, p. 370.

4 STOTT, John. *A Cruz de Cristo*. São Paulo: Vida, 1991, p. 77.

A causa para o pecado está no autocentramento humano, a opção do ser humano por colocar-se a si mesmo como centro de amor e devoção em total alienação e rebelião contra Deus e o próximo. Essa condição humana pede por responsabilização. Responsabilidade exige liberdade. E liberdade tem a ver com as escolhas que fazemos enquanto vivemos nossas vidas em sociedade.

Determinismos de toda espécie podem reduzir a responsabilidade humana, todavia sempre resta uma centelha de liberdade de escolha pela qual o ser humano pode ser caracterizado. Na fórmula stottiana, se há pecado, há liberdade humana e, se ela existe, é possível haver responsabilização e, finalmente, a culpabilização do pecador.

Se há culpa, esta deve ser punida pelo cumprimento de uma pena correspondente ao tamanho da culpa. E o administrador do castigo ou punição, de aplicação da pena correspondente à culpa é Deus. Mas, Deus não o faz devido a alguma lei ou código universal pela qual uma pena corresponde à respectiva culpa. Ele o faz porque a culpa é manifestação do pecado, e o pecado é um problema porque diz respeito à santidade e à ira de Deus. Sendo puro e santo, Deus não pode contemplar o mal e, se e quando o vê, Deus se ira contra ele com consequências para todos e tudo onde o mal é revelado.

A ideia de um Deus irado soa contraditório e oposto à declaração de sua santidade e pureza. A explicação stottiana defende a ira de Deus não como pecado, mas como um justo direito divino expressando seu antagonismo ao mal, tal como a graça expressa sua aprovação do bem. Ela é, então, pessoal. A santidade e a ira de Deus expõem a impossibilidade de o pecado coexistir com ele no mesmo universo. O pecado gera culpa que, por sua vez, produz uma desordem cósmica. Por isso, a culpa deve ser expiada e, para tanto, é necessária uma satisfação pelo pecado.

Deus precisa ser justo consigo mesmo, o que significa agir como ele é. Por um lado, no ser divino existe um caráter moral que o predispõe para a ira onde esse caráter moral é afrontado. É da sua natureza agir assim e ele não pode deixar de fazê-lo sob pena de deixar de ser Deus. É inevitável para ele agir, primeiramente, em amor por si mesmo, conforme a Revelação de si mesmo ou conforme o seu autoconhecimento.